

# ASSEMBLEIA DECISIVA! NESTA QUARTA-FEIRA (20)!

Convocamos os petroleiros e petroleiras do Litoral Paulista a dizer **não à terceira proposta da Petrobrás!** Nossa decisão pode influenciar positivamente os rumos da luta, injetando ânimo e coragem às demais bases de petroleiros. É preciso que, nacionalmente, a categoria rejeite a proposta da empresa. Participe de nossa Assembleia! Na sede, em Santos, e subsede, em São Sebastião, 1ª chamada às 17h30 e 2ª chamada às 18h. Para o turno da UTGCA, em Caraguatatuba, 1ª chamada às 19h30 e 2ª chamada às 20h. Plataformas de Merluza, Mexilhão e P66 também realizam assembleia.

## SEM GARANTIA DE EMPREGOS E RETIRADA DE DIREITOS FNP INDICA REJEITAR PROPOSTA E GREVE DIA 3 POR QUE NÃO É ACEITÁVEL...

**1** Perder a garantia de emprego e permitir a terceirização da atividade-fim

**4** A extinção do auxílio almoço para uma parcela importante da categoria

**2** Mais um reajuste abaixo do maior índice de inflação e congelamento salarial em 2018

**5** A precarização da CIPA, com o fim da hora extra em atividades fora da jornada regular de trabalho

**3** O fim do atual Benefício Farmácia e aumento da contribuição na AMS

**6** O abandono de uma Petrobrás com responsabilidade social, com a exclusão da cláusula que estabelecia a adesão da empresa à ISO 26000

## CLÁUSULA 42

# SE CONTINUAR ASSIM, CAMINHO ABERTO PARA DEMISSÕES COLETIVAS

A venda de ativos aprofunda a privatização da empresa e gera outro efeito: o “excesso” de mão de obra na medida em que unidades inteiras são vendidas à iniciativa privada, cuja lógica do lucro a qualquer custo exige quadros enxutos. Nossos empregos estão em jogo! Temos de exigir da empresa, na Cláusula 42, que nenhum tipo de despedida coletiva será feita.

**O** objetivo da direção da Petrobrás é dividir a categoria para facilitar a retirada de direitos. A apresentação de duas minutas diferentes para as federações é justamente para jogar confusão, desmobilizar e conseguir seu objetivo.

É o caso da Cláusula 42 do ACT, em que negociou com a FUP uma proposta diferente da negociada com a FNP. Manobra que certamente seria evitada se tivéssemos mesa única de negociação, como defendemos desde o início da campanha reivindicatória.

Só favorece a empresa ficarmos presos à discussão de se é melhor a cláusula negociada com a FUP ou sua supressão completa. O real debate que se impõe é que nas duas situações, ao se manter a brecha para despedida coletiva, nossos empregos estão em risco.

É verdade que a exigência de prévia discussão com os sindicatos em caso de dispensa coletiva é importante em contraposição ao que dispõe a contrarreforma trabalhista. Porém, mesmo que haja negociação com o sindicato, qual seria o limite desta negociação? Despedir menos do que ela pretende? Despedir este grupo no lugar daquele? Ou seja, a negociação não resolve o problema.

Que o diga o famigerado GT da Pauta pelo Brasil, equivocadamente comemorado pela FUP como a principal conquista da greve de 2015. A venda de ativos valiosos a preço de banana não só foi mantida, mas teve um aprofundamento criminoso. Basta olhar para o Plano de Desinvestimentos de Pedro Parente

e o PL 6407/13, através dos quais Temer quer obrigar a venda da TAG, da Transpetro e do TBG. Soma-se a isso, a venda de quase todos os campos terrestres do Nordeste, dos Campos de Águas Rasas do Nordeste e do Sudeste - só na Bacia de Campos são 12 plataformas. Além disso, anunciou a saída da área de fertilizantes e está preparando a venda de refinarias.

Diante deste cenário, as despedidas coletivas não são uma mera possibilidade. A conclusão é óbvia: se conseguirem vender tudo isto, sobrarão mão de obra e faltará postos de trabalho! Despedida coletiva à vista!

Portanto, é questão de vida ou morte para categoria garantir que na Cláusula 42 esteja expresso que ela não fará nenhum tipo de despedida coletiva!

Se nosso acordo será do tamanho das nossas forças, aqueles que defendem aceitar menos que isto é porque não acreditam na força desta categoria valente e que já travou lutas históricas em defesa da Petrobrás e de seus direitos.

Não podemos recuar! Até porque há ataques também na AMS, na Petros, no auxílio-almoço, no congelamento do nosso salário real por dois anos, entre outros. A luta tem que seguir!

**A FNP INDICA REJEIÇÃO DA PROPOSTA  
E GREVE DIA 3 DE JANEIRO  
NENHUM EMPREGO A MENOS!  
NENHUM DIREITO A MENOS!**

Texto baseado no artigo de Raquel Sousa, assessora jurídica da FNP